
RELATÓRIO DE PROGRESSO

DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

do Município do Rio de Janeiro



Relatório produzido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em colaboração com o ONU-Habitat.

Cláusula de isenção de responsabilidade

As designações empregadas e a apresentação do material nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Secretariado das Nações Unidas sobre o status legal de qualquer país, território, cidade ou área ou de suas autoridades. As análises, conclusões, recomendações e pontos de vista desta publicação não refletem necessariamente as opiniões do Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas, das Nações Unidas ou de seus Estados Membros. As informações contidas nesta publicação são fornecidas sem qualquer tipo de garantia, expressa ou implícita, incluindo, mas não se limitando a, garantias de comerciabilidade, adequação a um determinado propósito e não infração.

Especificamente, o ONU-Habitat não oferece garantias ou representações quanto à exatidão ou integridade de tais dados. Sob nenhuma circunstância o ONU-Habitat será responsável por qualquer perda, dano, responsabilidade ou despesa incorrida ou sofrida que seja alegada ter resultado do uso desta publicação, incluindo, sem limitação, quaisquer erros de fato ou omissão em conexão com a mesma. O uso desta publicação é por conta e risco do usuário. Em nenhuma hipótese o ONU-Habitat ou suas afiliadas serão responsáveis por quaisquer danos diretos, indiretos, incidentais, especiais ou conseqüentes, mesmo que o ONU-Habitat tenha sido avisada da possibilidade de tais danos. Trechos podem ser reproduzidos sem permissão, desde que a fonte seja citada.

Elaborado por:

Equipe do Escritório de Planejamento (EPL) e
Equipe de Gerenciamento de Projetos e de Metas da Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento de Resultados da Secretaria Municipal da Casa Civil

Revisado por:

Daniel Mancebo (EPL)
Samir Costa (EPL)
Luciane Moutinho (EPL)
Beatriz González Mendoza (ONU-Habitat)
Luciana Tuszel (ONU-Habitat)



RELATÓRIO DE PROGRESSO

DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

do Município do Rio de Janeiro

CONTEÚDO

PREFÁCIO	1
INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 1: A AGENDA 2030 NO BRASIL - BREVE CONTEXTO	3
CAPÍTULO 2: A AGENDA 2030 NO RIO DE JANEIRO	5
CAPÍTULO 3: PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ODS: AGENDA DE FUTURO	7
CAPÍTULO 4: PROCESSO PARTICIPATIVO DA ELABORAÇÃO DO PDS	11
CAPÍTULO 5: LIMITAÇÕES ESTRUTURAIS	14
CAPÍTULO 6: POLÍTICA E ENTORNO PROPÍCIO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA LOCAL	15
A. O PDS como motor de inovações para as políticas públicas	15
B. Os ODS como paradigma de planejamento urbano	16
C. Projetos especiais do PDS	18
D. Ninguém deixado para trás: o caso dos “Territórios Sociais: inclusão de famílias vulneráveis nas redes de proteção social do Rio de Janeiro”	21
CAPÍTULO 7: APLICAÇÃO DE PROJETOS SUSTENTÁVEIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	23
Projetos conectados ao ODS 11	23
Projetos conectados a outros ODS	33
Notas de rodapé	36

PREFÁCIO

Não deixar ninguém para trás - Nunca um lema como esse fez tanto sentido como na atualidade e para a nossa querida cidade do Rio de Janeiro não poderia ser diferente. Quando essa perspectiva de implantar uma ampla agenda de desenvolvimento, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se inicia, em meados de 2017, não imaginávamos, nem os mais pessimistas, que passaríamos por uma crise de saúde pública sem precedentes menos de três anos depois. A realidade então se impôs, mas como gestores públicos devemos sempre nos sentir, como dizia Fernando Pessoa, “nascidos a cada momento para a eterna novidade do mundo”, assim, aprendamos com o tempo em que vivemos e avancemos!

Dessa forma, coube a Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento de Resultados da Casa Civil, na figura de seu Escritório de Planejamento, conduzir esse desafio de elaborar o Plano de Desenvolvimento Sustentável de forma coletiva e integrada à todos os demais setores da Prefeitura e externamente buscar ouvir os anseios do cidadão com transparência, inteligência e proximidade, em especial das crianças, principais interessadas no futuro da cidade que precisamos construir hoje, amanhã e sempre.

Como grandes desafios requerem múltiplos saberes, as parcerias firmadas ao longo desse processo têm sido fundamentais para o alcance de nossos resultados. Cabe aqui o destaque para sólida relação construída com a ONU Habitat nos últimos anos. Quando buscamos construir

um planejamento de longo prazo, com Horizonte em 2050 e primeiro ciclo de ações e metas para os primeiros dez anos, percebemos já no primeiro momento a feliz coincidência com Agenda ONU 2030. Por outro lado, a ONU habitat também buscava estratégias para implantação dos ODS no nível local, sendo as cidades a escala ideal para este fim. Nasce aí a Agenda Rio 2030: o alinhamento entre os desafios que a cidade precisa enfrentar com os objetivos de desenvolvimento sustentável correlacionados.

O presente documento é a síntese de um grandioso projeto: construir um planejamento sólido, inclusivo, participativo, inovador e focado em resultados, sobretudo para os mais necessitados. Outro importante pilar é transparência que se estabelece no acompanhamento dessa agenda e na relação com as pessoas. Ainda durante as discussões internas e externas para elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável, as plataformas públicas Planejamento.rio (<http://planejamento.rio>), Painel.rio (<http://painel.rio>) e Participa.Rio (<http://participa.rio>) adiantaram como a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro vem se aproximando do cidadão carioca do processo de planejamento de nossa cidade.

Assim, à ONU Habitat e àqueles que escolheram a nossa cidade para viver, trabalhar e ser feliz, o nosso muito obrigado! O futuro nos reserva grandes desafios que enfrentaremos juntos com conhecimento técnico, parcerias, coragem, sensibilidade e muita alegria.

INTRODUÇÃO

Este relatório traz uma síntese do processo de implantação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, no município do Rio de Janeiro, e apresenta como essa agenda global de longo prazo está sendo incorporada aos instrumentos de planejamento urbano e de gestão da cidade no curto, médio e longo prazos.

Apesar de ser parte de uma agenda global, os ODS foram concebidos como um plano que respeita as especificidades de cada localidade, levando em conta, inclusive, marcos institucionais de planejamento de longo prazo já previstos nas legislações de cada contexto. No Rio de Janeiro, o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) foi o arcabouço de planejamento que serviu de base para o desenho e implantação dos ODS no município.

Assim, o ONU-Habitat realizou uma parceria com o município do Rio de Janeiro, por meio do projeto global **Sistemas de Responsabilidade Pública: medir, monitorar e informar sobre políticas urbanas sustentáveis na América Latina**. A parceria de quase três anos envolveu apoio técnico e metodológico para os gestores públicos e teve como resultado o aprendizado com os desafios concretos enfrentados pelos diversos atores para a implantação dos objetivos globais. Este relatório é um produto desse projeto e oferece uma prestação de contas de como esse processo está se dando no território e como a agenda global está sendo incorporada pelo PDS local.

O relatório foi elaborado pela equipe técnica do Escritório de Planejamento da Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento de Resultados, órgão que integra a Secretaria Municipal da Casa Civil da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Este relatório é dividido em sete partes, além desta introdução. A primeira seção trata do contexto de implementação dos ODS no nível nacional. A segunda seção apresenta um breve contexto da cidade. A terceira e quarta seção tratam de como se deu o processo de elaboração do PDS, os atores envolvidos, a estrutura do plano e as metodologias de participação social utilizadas. O quinto capítulo trará alguns dos desafios estruturais para a implantação do PDS. Já o sexto capítulo fará uma análise mais detida sobre o contexto institucional dos instrumentos de planejamento do município do Rio de Janeiro, como a integração dos ODS se deu nesse âmbito e qual foi a contribuição dessa agenda global para avançar no planejamento das futuras políticas públicas na capital fluminense, bem como trará alguns dos projetos em processo de implementação que estão inseridos no PDS.

O sétimo e último capítulo apresenta os objetivos e metas da cidade, com uma seção dedicada especificamente aos projetos e ações atuais relacionados ao ODS 11 - **Tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**.

CAPÍTULO 1: A AGENDA 2030 NO BRASIL - BREVE CONTEXTO

A Agenda 2030 foi definida em 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, na sede da ONU em Nova York. A Agenda é um plano de ação que estabelece 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), e 169 metas, orientadas para a proteção das pessoas e do planeta, promoção da paz, prosperidade e parcerias. Os ODS foram construídos de forma participativa, unindo governos e sociedade civil.

Para a implementação da Agenda 2030, os países se comprometeram a acompanhar e realizar o monitoramento da implementação das metas e indicadores. O Brasil também se comprometeu com essa agenda e tem trabalhado para adaptar os objetivos à realidade nacional e incorporar seus conteúdos nos marcos de gestão e planejamento, além de disseminar o processo para os níveis subnacionais. Nesse sentido, ressalta-se a importância de estabelecer um mecanismo de governança que possa dar conta desse processo que necessariamente deve envolver diversos atores do setor público e privado, em diferentes escalas de atuação.

Nesse sentido, o País deu passos importantes, ao desenvolver mecanismos institucionais e trabalhos importantes de adaptação interna. Por meio do Decreto Presidencial nº 8.892 de outubro de 2016, foi instituída a Comissão Nacional dos ODS¹. Trata-se de uma instância colegiada, de natureza consultiva e paritária, composta por cerca de 32 atores participantes, entre eles representantes da sociedade civil e dos três níveis de governo.

A Comissão tem por objetivo internalizar, disseminar e dar transparência ao processo de implementação da agenda global. Sua missão é de funcionar como um espaço de intercâmbio e de cooperação entre

as diferentes instâncias de governo e os segmentos da sociedade civil e de fomento de atividades colaborativas que contribuam para o alcance dos objetivos e metas de desenvolvimento sustentável no Brasil.

Integram a Comissão o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que são responsáveis pelo assessoramento técnico aos trabalhos da comissão. Em ambas organizações existem pontos focais específicos para cada ODS, responsáveis pela discussão dos indicadores, adaptação das metas, levantamento e produção de dados, além de propostas para a elaboração de relatórios periódicos sobre o avanço da Agenda 2030. Além disso, ressalta-se a participação da Confederação Nacional dos Municípios, entidade municipalista que apoia esforços de integração dos ODS pelos governos locais. Também integram a comissão organizações do setor privado e da sociedade civil, como o Instituto Ethos, a Fundação Abrinq e a Confederação Nacional da Indústria. Todos os integrantes são escolhidos por um período de dois anos por meio de um processo de seleção pública.

No nível global, o país apresentou seu primeiro relatório voluntário em 2017 no Fórum Político de Alto Nível realizado nesse ano. No documento foram apresentados os avanços relacionados aos ODS 1, 2, 3, 5, 9, 14 e 17.

No nível nacional, O IBGE lançou em 2018 uma plataforma digital ODS que permite o acompanhamento de todos os indicadores da Agenda 2030². O IPEA, por sua vez, realizou a adaptação das metas globais à realidade brasileira³.

Em março de 2018, a comissão também lançou um Plano de Ação (2017-2019) para ampliar a disseminação dos ODS em todo o território nacional para o aprimoramento de políticas públicas direcionadas para o alcance das metas da Agenda 2030.

Para alcançar o objetivo, procura-se estimular estruturas locais de governança, com a criação de comissões estaduais e municipais, que teriam a responsabilidade de coordenar a implementação dos ODS nos respectivos níveis de governo. Além disso, procura-se estimular os entes subnacionais a mapear suas políticas públicas, e integrar os ODS nos instrumentos de planejamento. Processos participativos, momentos de revisão ou formulação de planos e legislações são excelentes oportunidades para esse tipo de iniciativa.

Em paralelo, no plano de ação destaca-se a importância de fortalecer plataformas e observatórios públicos da sociedade civil que disponibilizam dados e diagnósticos sobre a situação do país, dos estados e dos municípios. Outra ação que deve ser fomentada nos dois anos de vigência do plano é o fortalecimento de parcerias que contribuam com projetos, ações e iniciativas para o alcance dos ODS.

CAPÍTULO 2: A AGENDA 2030 NO RIO DE JANEIRO

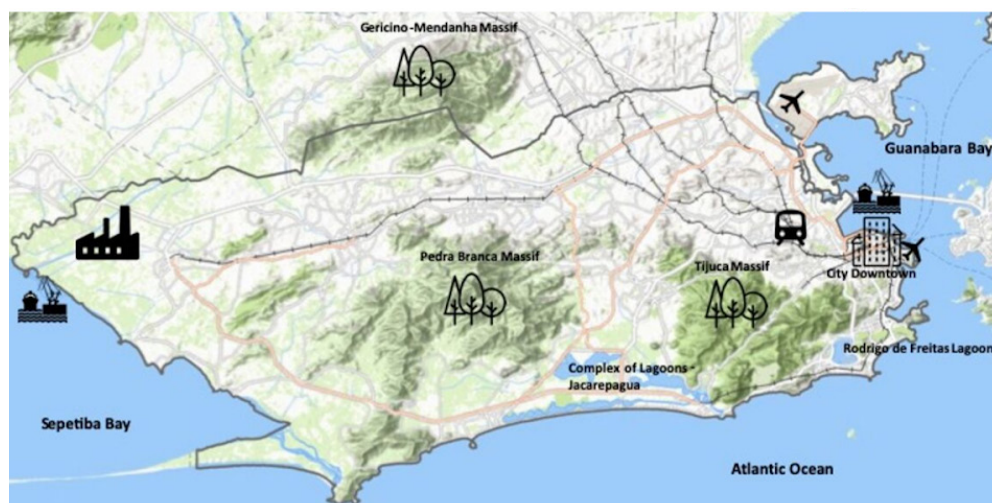
A cidade possui um histórico de legados e encontros internacionais de desenvolvimento sustentável, como as Conferências Rio 92 e Rio+20. Embora não exista no nível municipal⁴ uma estrutura de governança similar a do governo federal, há um esforço para que os ODS sejam integrados no planejamento das políticas públicas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Esse processo está sendo feito principalmente na elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) da cidade, que é o plano de longo prazo que visa orientar todas as ações da Prefeitura até 2030 e traz conceitos e práticas de sustentabilidade a serem incorporadas às políticas municipais.

A cidade do Rio de Janeiro é a segunda mais populosa cidade brasileira e capital do estado que carrega o mesmo nome. O município tem uma população de cerca de 6.700.000 habitantes, ocupando uma área de 1200 km². O território é composto por importantes elementos naturais como os maciços, as lagoas e toda a costa litorânea, que denotam ao território um total de 408 km² de áreas preservadas. O grande desafio da cidade são as muitas desigualdades espaciais e sociais que compõem esse

território, onde cerca de 1.500.000 habitantes vivem em favelas.

Com o objetivo de formalizar o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável, a agenda local para os ODS, foi instituído o Decreto Executivo 46.078 em 2019. Esse marco reconhece a importância da integração dos ODS na formulação das políticas públicas e como parte integrante do desenvolvimento do município.

O PDS se integra a outros importantes marcos de planejamento urbano da cidade, o Plano Diretor e o Plano Estratégico, que são instrumentos de médio e curto prazos, e orientam o crescimento e o desenvolvimento da cidade. O **Plano Diretor (PD)** é um instrumento previsto no Art. 185 da Constituição Federal, instituído por lei. O PD propõe a política de desenvolvimento urbano e orienta o processo de planejamento do Município. Essa política tem por objetivo ordenar o desenvolvimento da cidade, garantir seu pleno funcionamento e o bem-estar de seus habitantes. A lei prevê que os municípios façam uma revisão do PD a cada 10 anos, por meio de um processo participativo, procedimento também utilizado quando é feita sua elaboração.



Mapa da Cidade do Rio de Janeiro

Já o **Plano Estratégico (PE)** é um instrumento previsto no Art. 107A da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro (LOM). O PE norteia as ações da Prefeitura para o período de 4 anos, equivalente ao mandato do chefe do Poder Executivo e alinhado com as aspirações de longo prazo estabelecidas para a cidade, com base nas prioridades da Administração e em análises técnicas. O Plano Estratégico define as diretrizes, iniciativas e metas estratégicas e projetos a serem implementados em áreas de resultado prioritárias.

Por fim, o **Plano de Desenvolvimento Sustentável** é um instrumento que tem por objetivo nortear as ações da Prefeitura no médio e longo prazos, orientando as políticas de Estado que terão continuidade ao longo das diferentes administrações. Instituído por decreto, o PDS busca atingir os cenários e perspectivas almejados para a cidade em 2050, a partir do estabelecimento de metas e ações que devem ser cumpridas até 2030. Ao longo do processo de elaboração do plano, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 serviram de guia em diversas etapas. O PDS será tratado com mais detalhe neste relatório.



Sistema de Planejamento Sustentabilidade e Resiliência
Fonte: Preparado pela Prefeitura do Rio de Janeiro

CAPÍTULO 3: PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ODS: AGENDA DE FUTURO

O PDS busca reduzir as desigualdades socioespaciais, combater as mudanças climáticas e promover uma cidade que oferece enfrentar os desafios do envelhecimento populacional e oferecer melhor qualidade de vida para os seus cidadãos, por meio de ações públicas eficientes, transparentes e sustentáveis. Para alcançar este instrumento de planejamento de visão a longo prazo, a Prefeitura lidera um processo de trabalho que fortaleceu a governança interna, incluindo diversos órgãos da administração direta e indireta, parcerias com organizações da sociedade civil e organizações internacionais, e engajamento da população por meio de um processo participativo.

Estão sendo planejadas cerca de 100 metas e projetos integrados para a cidade, sob atuação de diversos órgãos municipais, para serem implementados nos próximos 10 anos. Este conjunto de metas pactuadas pelo Poder Público é denominada Agenda Rio 2030, figurando ser a agenda do desenvolvimento sustentável local.

Como o plano é um instrumento transversal que trata de todas as políticas públicas do município, foi instituído um Comitê Integrado de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável que congrega mais de 40 órgãos da administração direta e indireta da Prefeitura e a Câmara Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Tanto o

Comitê, quanto o PDS são coordenados pelo Escritório de Planejamento, órgão da Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento de Resultados (SUBPAR), que compõe a Secretaria Municipal da Casa Civil (CVL).

A primeira etapa de construção do plano foi realizada em 2017, quando foram realizadas cinco reuniões do Comitê de Desenvolvimento Sustentável, para construir as suas Diretrizes Gerais. Essas diretrizes centrais foram incorporadas aos dois planos obrigatórios que a gestão municipal deve apresentar no primeiro ano de governo: O Plano Estratégico 2017 - 2020 e o Plano Plurianual 2018 – 2021 incluíram as orientações desenhadas no âmbito do PDS em seus textos finais.

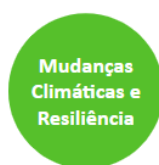
Após a definição das diretrizes, o Comitê realizou 11 encontros temáticos, ao longo de 2018, com o objetivo de definir os principais desafios para o cenário de longo prazo do PDS. A partir da definição dos desafios integrantes do Plano e do subsequente levantamento de dados, o Comitê passou a agrupar as políticas setoriais em cinco grandes temas transversais: Mudanças Climáticas e Resiliência, Longevidade e Bem-Estar, Igualdade e Equidade, Cooperação e Paz e Governança. Ao longo de todo o processo do PDS, foram realizadas 33 reuniões presenciais, relativas aos anos 2017, 2018 e 2019

5 Temas Transversais



A estrutura de transversalidade foi adotada por ser mais adequada para lidar com a complexidade dos desafios urbanos, que muitas vezes requerem ações integradas e multissetoriais. Esses cinco temas transversais estão divididos em subcategorias, chamadas por Aspirações. Abaixo está apresentada uma descrição de cada um dos cinco temas transversais e, em sequência estão apresentados os textos de cada uma das aspirações. As aspirações trazem desejos de políticas com alcance para o ano de 2050, e sob elas estão pactuadas as metas que compõem a Agenda Rio 2030.

1. **Mudanças Climáticas e Resiliência:** eixo que trata de políticas de adaptação e mitigação da cidade frente às mudanças do clima. Políticas sustentáveis para os resíduos sólidos, valorização da biodiversidade e implementação de tecnologias limpas visam dinamizar a economia verde da cidade. Este tema abrigará o Plano de Ação Climática, elaborado com o apoio da Rede C40;



Visão 2050

Cidade de paisagem primorosa, resiliente e neutra em emissões, com protagonismo no enfrentamento e adaptação às mudanças climáticas, através de planejamento, inovação tecnológica e do engajamento dos cariocas.



MCR 1 Resíduos Sólidos

A Cidade do Rio de Janeiro terá como foco a **redução da geração de lixo**, aumento da **reciclagem** e a **valorização de resíduos**, fortalecendo uma política de **Lixo Zero**.



MCR 3 Tecnologias Limpas

A Cidade estimulará o **desenvolvimento urbano de baixo carbono**, promovendo o uso de **tecnologias limpas** e **eficiência energética**, e dinamizando a **economia verde** da cidade.



MCR 2 Mitigação e Adaptação

A Cidade do Rio de Janeiro terá protagonismo no planejamento, monitoramento e na resposta às **mudanças climáticas**, com alta **capacidade de resposta** das instituições e da população para o **enfrentamento das principais ameaças**.



MCR 4 Áreas Verdes e Água

As **áreas verdes** serão **protegidas** e **ampliadas**, **recursos hídricos** preservados e recuperados, valorizando a **paisagem**, a **biodiversidade** e garantindo a **segurança hídrica** e o **manejo sustentável** dos recursos naturais da Cidade

Fonte: Preparado pela Prefeitura do Rio de Janeiro

2. **Igualdade e Equidade:** este tema transversal diz respeito às políticas para enfrentar o desafio das desigualdades que se apresentam no território municipal sob distintas formas: renda, infraestruturas, cultura, entre outras. Além disso, abrange o fortalecimento das economias locais e a geração de emprego e renda de qualidade;



Fonte: Preparado pela Prefeitura do Rio de Janeiro

3. **Cooperação e Paz:** eixo voltado para a redução da violência, promoção da cultura da paz e ampliação da segurança ao cidadão. Elementos como desenho urbano, iluminação pública, ações pedagógicas, segurança viária, segurança de encostas e baixadas e mitigação da violência são alguns dos temas fundamentais integrantes deste eixo;



Fonte: Preparado pela Prefeitura do Rio de Janeiro

4. **Longevidade e Bem-Estar:** a fundamentação deste tema envolveu profunda análise das projeções da estrutura populacional da cidade. Os números demonstram que o Rio terá grande redução do crescimento vegetativo e ampliação do número de idosos. Garantir que o carioca tenha um envelhecimento produtivo e de qualidade, hábitos saudáveis, alimentação, habitação e ambiente adequados é um grande desafio.



Visão 2050

Cidade gentil que proporciona condições para uma vida longa, saudável e ativa, promotora de autonomia, mobilidade e convivência nos espaços públicos.

LB1
Alimentação Saudável e Produção Agroecológica

A Cidade do Rio de Janeiro terá um sistema alimentar sustentável, com incentivo à produção agrícola familiar orgânica, alimentos in natura e proximidade entre produtor e consumidor final.

LB2
Espaços Públicos Arborizados

Espaços públicos arborizados, equitativamente distribuídos, estimulando hábitos saudáveis na população carioca de todas as idades.

LB3
Idosos e Integração Geracional

A cidade do Rio de Janeiro será reconhecida por promover o envelhecimento saudável, fomentando à integração intergeracional e a sociabilidade da população idosa.

LB4
Infraestrutura Moradia e Transporte

Toda a população terá acesso à infraestrutura urbana de qualidade e moradia regularizada, segura, digna e integrada aos equipamentos da cidade e ao transporte público.

LB5
Saúde Pública

A rede de saúde pública da Cidade será de excelência, organizada e multidisciplinar, com acesso informatizado aos dados de saúde dos pacientes e estará preparada para prover ações específicas para assegurar atenção integral à saúde em todos os ciclos de vida.

LB6
Desenho Urbano e Mobilidade Ativa

A cidade do Rio de Janeiro será reconhecida por ter o cidadão como prioridade no planejamento e desenho urbano, ressignificando o ambiente público compartilhado e incentivando a mobilidade a pé e por bicicleta.

Fonte: Preparado pela Prefeitura do Rio de Janeiro

5. **Governança:** este tema tem o objetivo de materializar os meios de implementação do PDS a partir da proposta de revisão da arquitetura organizacional, melhoria de processos, modernização da gestão, captação de recursos e modelos alternativos de financiamento, entre outros.



Visão 2050

Cidade de governança responsável, transparente, integrada e planejada objetivando a garantia de direitos à todos e consolidando a participação metropolitana.

GOV 1
Governança democrática

A Prefeitura será um exemplo de gestão eficaz, coerente, integrada e inovadora, baseada em princípios democráticos como integridade, transparência, participação social e responsabilização dos agentes públicos.

GOV 2
Liderança pelo exemplo

Todas as ações da Prefeitura estarão em linha com as boas práticas de desenvolvimento sustentável.

GOV 3
Região Metropolitana

A Cidade permanentemente atuante na integração de políticas intermunicipais, visando o desenvolvimento de estratégias sustentáveis para a Região Metropolitana.

GOV 4
Planejamento Climático

O planejamento urbano-ambiental será inclusivo e integrado à lente das mudanças climáticas para gestão da cidade e proteção da vida do cidadão.

Fonte: Preparado pela Prefeitura do Rio de Janeiro

CAPÍTULO 4: PROCESSO PARTICIPATIVO DA ELABORAÇÃO DO PDS

O PDS é fruto de um processo que reuniu diversos atores sociais e agências do governo. Participam da elaboração do PDS cerca de 40 órgãos da administração direta e indireta, que compõem o Comitê Integrado de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável, instituído como comitê permanente de acompanhamento da política municipal através do Decreto nº 42.796/2017. Esta instância tem a competência de formular a política de desenvolvimento sustentável do município, acompanhar e avaliar a implementação do PDS, estabelecer articulações com outras esferas de governo visando à promoção e acompanhamento da Agenda 2030, além de promover a disseminação de ações e programas de Desenvolvimento Sustentável entre a Administração Pública Municipal, organizações da sociedade civil e o público em geral. Em relação ao monitoramento do PDS, o Decreto prevê a realização de relatórios anuais de acompanhamento do PDS, incluindo o monitoramento de indicadores de desempenho de políticas públicas. Há previsão de revisão do plano a cada 10 anos.

A participação social na elaboração do PDS foi realizada de forma presencial e digital. Em sua modalidade digital foi realizada por meio da plataforma [Participa.Rio](#) em que o público pode contribuir respondendo questionários que tratam de quatro diferentes fases que compõem a metodologia do plano:

1. A Onda 1 apresenta aos cidadãos o conceito dos ODS e pede que estes escolham quais dos ODS são prioritários para a cidade e seu bairro de residência
2. A Onda 2 pediu aos participantes para identificarem os principais desafios para o Rio de Janeiro tornar-se uma cidade planejada e sustentável e qual desses temas é fundamental o PDS atacar;
3. A Onda 3 pediu aos cidadãos que escolhessem temas prioritários de acordo com os quatro eixos transversais do PDS: Igualdade e Equidade, Mudanças Climáticas, Cooperação e Paz e Longevidade e Bem-Estar.
4. A Onda 4 trata da identificação das ações prioritárias para a cidade. A onda foi lançada em 2020, junto com o Webinar Diálogos para 2030: preparando a cidade do Rio para o futuro.

Considerando todas as fases de engajamento on line e o concurso do personagem do PDS cerca de 8 mil participações puderam ser alcançadas entre 2019 e 2020.

Participação presencial com a comunidade escolar

Por meio de parceria com a Secretaria Municipal de Educação, o Escritório de Planejamento realizou um total de nove encontros regionais participativos com a comunidade escolar da cidade para o Plano de Desenvolvimento Sustentável 2030, atingindo a participação de cerca de 600 representantes escolares. Esses encontros ocorreram durante os meses de outubro e novembro de 2019 e os representantes do Conselho Escola Comunidade (CEC), formado por representantes diversos

como professores, alunos, responsáveis, funcionários e Associação de Moradores, participaram dos eventos no seu território de pertencimento. A equipe do Escritório de Planejamento se dispôs a abrir espaços de diálogo para recolher contribuições e propostas de cada território da cidade, espalhadas pelas 11 Coordenadorias Regionais de Educação, divisão administrativa da Secretaria de Educação. Durante esses eventos, foi realizado um mapeamento de iniciativas individuais e coletivas locais que colaboram para a construção de uma cidade sustentável.



Encontro regional realizado em Santa Cruz.
© ASCOM Prefeitura do Rio

Durante uma apresentação inicial, a equipe de planejamento apresentou ao público as linhas gerais do plano, sua importância para a cidade e indicadores do próprio território. Os participantes puderam priorizar os temas de acordo com as necessidades locais. O público pode opinar sobre temas como mobilidade acessível e segura, mudanças climáticas, acesso a serviços públicos de qualidade, adoção de alimentação e hábitos saudáveis, moradia segura e regularizada, gestão de resíduos, desenvolvimento econômico local, entre outros. Para realizar os encontros, a equipe de planejamento

utilizou uma metodologia elaborada sob medida para o processo participativo com apoio do ONU-Habitat.

No total, foram mapeadas 813 iniciativas que já acontecem no território, e os participantes sugeriram mais de 1.500 ações de sustentabilidade.

O esquema a seguir mostra alguns exemplos de ações sugeridas durante as atividades, classificados de acordo com os responsáveis de implementação (indivíduo, comunidade, prefeitura, todos):

Destaque das ações



Motivar meus vizinhos para engajamento em causas sociais e cooperação

Sou costureira e estou ensinando algumas vizinhas a costurar para ganhar o próprio dinheiro e ser independente

Orientar a comunidade sobre os canais próprios para alertar sobre os problemas locais



A ONG poderia ir nos espaços para conversar com as famílias sobre os cursos oferecidos



Oferecer cursos de formação para o corpo docente saber como proceder diante de violência doméstica sofrida por pais e alunos

Criar programa de capacitação e atualização dos profissionais de educação para trabalhar com alunos com deficiência

Melhorar o acesso às comunidades localizadas em morros, investir em transporte público que possibilite uma melhor locomoção



Ampliar denúncias pelos canais de denúncia anônima

CAPÍTULO 5: LIMITAÇÕES ESTRUTURAIS

Ao longo da elaboração do PDS, foram identificadas pelo Comitê uma série de questões que devem ser tratadas para criar um terreno mais propício para a implementação dos ODS. Muitas dessas questões tratam de políticas públicas que demandam articulação com diversos entes federativos, mostrando a necessidade de a cidade do Rio de Janeiro atacar suas questões internas de governança e posicionar-se como liderança perante os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

- A. Governança metropolitana:** Em primeiro lugar, foi identificada a necessidade de avançar na governança metropolitana. Isto se deve ao fato de que muitos dos problemas da cidade ultrapassam os limites administrativos do município. Para que sejam efetivas as políticas públicas devem considerar as interconexões e dinâmicas com os demais municípios da Região Metropolitana. Nesse sentido, é importante mencionar a recente elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMRJ.
- B. Acompanhamento e monitoramento de políticas públicas (transparência):** no campo das políticas públicas, a Prefeitura passou a contar, desde 2017, com a Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento de Resultados, órgão que coordena as atividades de planejamento do município e que acompanha os resultados das políticas públicas, por meio do monitoramento de um rol de metas e indicadores atualizados. O desafio é dar perenidade à cultura de planejamento dentro da administração municipal e consolidar a atividade de monitoramento das políticas por meio dos indicadores.
- C. Capacitação dos servidores:** foi identificado que a Prefeitura deve investir na qualidade técnica, formação continuada e na evolução da carreira dos seus servidores para que se possa garantir a implementação das políticas públicas previstas no PDS.
- D. Compliance, seguranças contratuais e transparência:** nos últimos dez anos a Prefeitura conseguiu avançar em diversos marcos legais. Em relação à transparência, foi regulamentada a Lei de Acesso à Informação (Decreto 35.606/2012), e em relação a seguranças contratuais, foi lançado o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas (PROPAR-RIO) (Lei Complementar 105/2009). Por sua vez, o Decreto 32.120/10 regulamentou o Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privada-FGP, e o Decreto 32.422/10 aprovou o regimento interno do Conselho Gestor do PROPAR-RIO. Em termos de ferramentas, a Prefeitura passou a contar com o portal 1746 que centraliza uma série de serviços, incluindo zeladoria, fiscalização e ouvidoria. O diagnóstico, no entanto, é que a Prefeitura precisa fortalecer ainda mais estas áreas para poder estabelecer parcerias.
- E. Desenvolvimento de Parcerias:** as características da Agenda 2030 e a natureza integrada e interligada dos ODS exigem o envolvimento de amplos setores da sociedade na implantação das políticas públicas. O desenvolvimento de parcerias é, nesse sentido, um caminho fundamental para o alcance dos ODS e implementação do PDS na cidade.

CAPÍTULO 6: POLÍTICA E ENTORNO PROPÍCIO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA LOCAL

A. O PDS como motor de inovações para as políticas públicas

O Plano de Desenvolvimento Sustentável gerou uma série de inovações e fortalecimento de capacidades. Estes resultados podem ser retratados em quatro aspectos:

1. **PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO:** A Cidade do Rio de Janeiro é a primeira do país a fazer um Plano de Desenvolvimento Sustentável dessa natureza. Com este instrumento de planejamento, direcionam-se as perspectivas de planejamento de longo prazo por meio de um plano de metas e ações nos moldes operacionais tradicionalmente vinculados aos planos estratégicos. Dessa forma, a comunicação por meio dos números a serem alcançados é de fácil compreensão ao público e facilita o acompanhamento dos resultados, bem como o replanejamento.
2. **FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA:** Oportunidade para avançar em temas de governança, sobretudo com o desenho das principais estratégias de implementação das proposições como parte do próprio PDS. Destaca-se a oportunidade de fortalecer a governança de temas transversais como produção de energia localmente, violência contra a mulher, alimentação, produção agroecológica, homicídios de jovens negros, entre outros, em que há responsabilidades compartilhadas entre órgãos municipais.
3. **INCLUSÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO PLANEJAMENTO - A inclusão do Plano de Ação Climática -** construído e implementado nos mesmos moldes de outras grandes cidades do mundo, com o apoio da Rede C40 - promovendo ações estratégicas de adaptação e mitigação voltadas para o enfrentamento dos impactos dos grandes eventos climáticos. Através desse apoio, o Rio de Janeiro está produzindo simulações de cenários tanto para as emissões de gases de efeito estufa quanto para a ampliação dos perigos dos riscos climáticos para o ano de 2050. Essas simulações contam com avaliações de dados para cenários de escalas mais e menos otimistas.
4. **DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES E FERRAMENTAS -** A criação de subprodutos ainda durante a elaboração do plano, fazendo com que os benefícios do PDS para a cidade não ficassem restritos ao período posterior à entrega do documento final. Os seguintes lançamentos já se apresentam como legado para a cidade: Oficinas de Capacitação, Portal Participa.Rio, Seminário Visão 2050 / Rio 2030, envolvimento da Rede da SME nas discussões de sustentabilidade e produção de conteúdo, decretos com temática de sustentabilidade, Plataforma Paineis. Rio, etc.

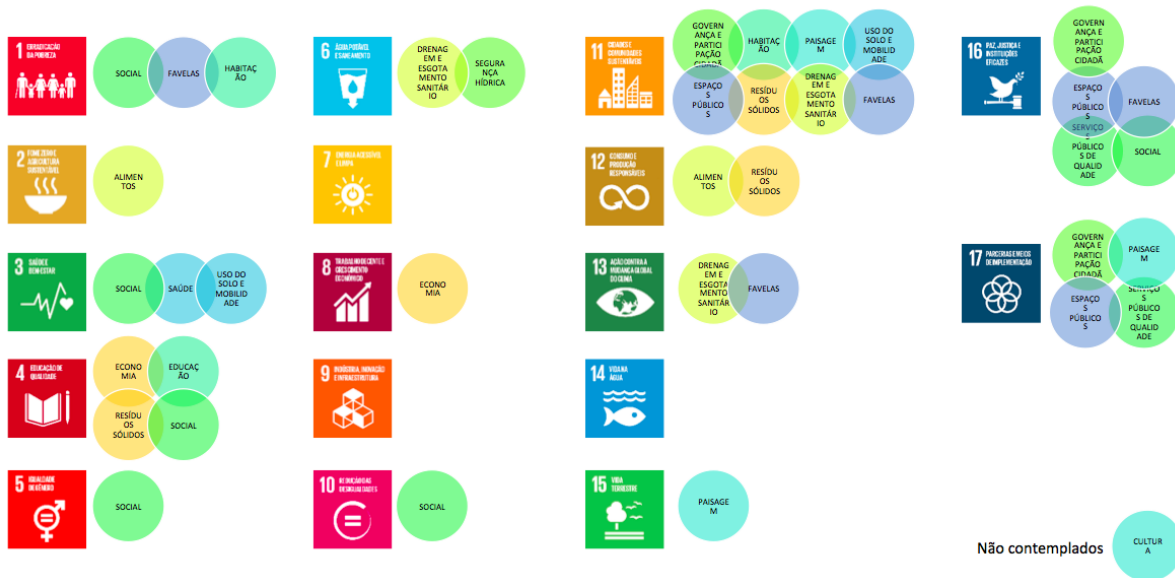
FERRAMENTAS INOVADORAS PARA A CIDADE

Portal Participa.Rio	O portal foi adaptado a partir da Plataforma Consul, ferramenta construída pela Prefeitura de Madrid. É um software aberto que permite a cópia e adaptação por qualquer governo ou entidade interessada. Na Prefeitura do Rio, além de subsidiar a elaboração do PDS, será usado para a realização de diferentes campanhas de participação, consolidando-se como uma ferramenta de grande potencial para a promoção da participação popular, garantia da transparência e melhoria da divulgação das ações da prefeitura para a Cidade.
Plataforma Painel.Rio	<p>O Painel Rio é um aplicativo que se insere nas iniciativas de planejamento integrado e de transparência de dados, sendo uma importante ferramenta para o fortalecimento da cultura de planejamento. O aplicativo tem como premissa a estruturação de uma cidade com mais qualidade de vida para seus cidadãos.</p> <p>Este aplicativo é um sistema BI integrador de dados espaciais e tem como objetivo acompanhar indicadores da dinâmica territorial em tempo real, como subsídio à tomada de decisão da Prefeitura. Está direcionado, inicialmente, aos técnicos das secretarias da Prefeitura e tem como ambição tornar-se um sistema de apoio ao desenvolvimento de políticas públicas. O Painel Rio é uma interface GEO, construído sobre o ambiente SIURB, com fácil intercâmbio com as informações produzidas pela Prefeitura. Todos os dados disponibilizados pelo Painel foram coletados, indicados e validados pelas secretarias participantes do Comitê do Plano de Desenvolvimento Sustentável.</p>

B. Os ODS como paradigma de planejamento urbano

Os ODS foram integrados ao PDS de diversas maneiras. Primeiramente, a análise individual das metas dos ODS serviu para identificar e corrigir lacunas da estrutura preliminar do PDS, que nesta altura trabalhava com temas conforme as políticas setoriais da Prefeitura. Estes temas eram chamados de Temas de Desenvolvimento Sustentável (TDS) e foram construídos junto ao Comitê Técnico. Para tal, foi realizado um exercício de correspondência entre os TDS e as metas ODS, identificando os temas da Agenda 2030 já abordados e principalmente de temas até então não trabalhados ou pouco abordados pelo PDS. Dessa forma,

o Comitê pode redirecionar o PDS para o alinhamento completo à Agenda 2030. Como exemplo, o Comitê incluiu mais temas de Igualdade de Gênero (ODS 5) e Saúde e Bem Estar (ODS3) que apareciam pouco nessa etapa preliminar. Outro ajuste foi no sentido de incluir temas que não estavam presentes como Energia Acessível e Limpa (ODS7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9) e Vida na Água (ODS 14). Os ODS foram uma ferramenta útil para que a equipe técnica de planejamento começasse a se estruturar para lidar com esses conteúdos.



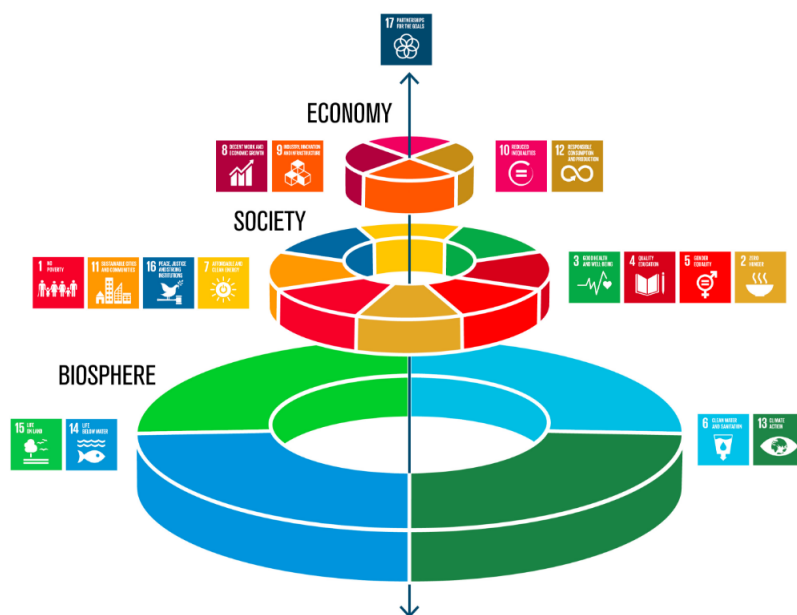
Outra forma como os ODS apoiaram a elaboração do PDS foi pelo caráter integrador, interconectado e transversal da Agenda. Quando se atua para a implementação de um ODS, é quase certo que haverá efeitos positivos para outros ODS. Uma visão inspiradora que ajudou a equipe a trabalhar com o aspecto integrado dos ODS foi elaborada por um especialista do Stockholm Resilience Center que

mostra como a produção de alimentos está conectada de diversas formas, de forma direta ou indireta, a todos os ODS.

A partir dessa compreensão, o Comitê mudou a estrutura do PDS, abandonando a estrutura setorial e adotando os 5 eixos transversais que agrupavam os temas mais interconectados entre si.

Exercício de correspondência entre temas de desenvolvimento sustentável e ods

Autoria: SUBPAR/EPL



Como a comida conecta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?
Fonte: Stockholm Resilience Centre

Para efetivar a adoção de uma agenda transversal, destaca-se a importância da existência do Escritório de Planejamento, da Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento de Resultados, que tem

um papel de alavancar a política intersetorial e de identificar novos setores a serem criados e amadurecidos, além de aproximar áreas que não trabalham conectadas.

Box 1: Integração de planejamento para melhorar políticas transversais: o caso da alimentação no município

Inclusão do tema da alimentação no município: Papel da sociedade civil: trazendo alimentação para incluir nas temáticas de governo.

Em 2019, a cidade deu um passo importante em direção à inclusão nas políticas públicas de temas transversais. A Prefeitura organizou o Primeiro Encontro Latino Americano do Pacto de Milão para a Política de Alimentação Urbana. O evento internacional permitiu avançar na discussão deste tema e suas diversas conexões com a saúde humana, economia local, agricultura, desenvolvimento social, compras sustentáveis, entre outras. Neste sentido, aproveitando a presença de vários representantes de cidades da América Latina, foi realizado um *evento paralelo* coordenado pela Secretaria Municipal da Casa Civil, com apoio da Coordenadoria de Relações Internacionais e organizações como ICLEI, Rede C40 e ONU-Habitat. O evento paralelo contou com a participação de seis órgãos da Prefeitura do Rio e seis órgãos externos, com técnicos das cidades latino-americanas.

Esta oficina buscou construir, por meio de troca de conhecimentos e experiências, um plano de ação que subsidiasse a implementação de políticas de segurança alimentar em cidades da América Latina. Para efeito de metodológico da oficina, foram delimitados três temas que orientaram o debate: (1) dietas sustentáveis e nutrição, equidade social e econômica, (2) produção de alimentos (e aspectos territoriais) e abastecimento e (3) distribuição alimentar e desperdício de alimentos e gestão de resíduos.

Como o tema da alimentação também é um dos desafios do Plano de Desenvolvimento, a ideia é que os resultados desta discussão também fossem incorporados nas metas do plano.

C. Projetos especiais do PDS

Alguns projetos especiais da cidade são resultado direto do processo de construção do PDS. Todos têm caráter inovador e experimental.

Fazenda Solar

Este projeto objetiva a implantação de Fazendas Solares para a geração de energia solar fotovoltaica, limpa (sem emissões de gases de efeito estufa) e renovável, com o desenvolvimento de duas iniciativas:

1. estudo de fazenda solar de 5MW no aterro sanitário desativado de Gericinó, em parceria com a COMLURB, para

atendimento de demanda gerada pela sua frota usada na coleta e suas edificações. A proposta recebeu apoio consultivo da Rede C40, por meio do Programa Cities Finance Facilities (CFF) para desenvolvimento do projeto;

2. estudo de viabilidade técnico-econômico de usinas solares totalizando 80MW para atendimento da demanda total de eletricidade dos órgãos municipais, desenvolvido por Grupo Transversal de Trabalho composto por técnicos da Prefeitura, no âmbito do Programa Líderes Cariocas.

Os benefícios do desenvolvimento e implantação dos estudos serão:

- a mitigação de emissões municipais de GEE, visando os objetivos de neutralidade de carbono até 2050, assumidos pela cidade no Plano de Ação Climática;
- a redução de despesas da Prefeitura com a eletricidade distribuída; e o alinhamento da cidade com o ProGD - Programa de Desenvolvimento de Geração de Energia Distribuída do Governo Federal.

Distrito Neutro

O Distrito Neutro é um projeto que aplicará em área da região central da cidade ações para a neutralização de emissões de gases poluentes, bem como o incentivo ao transporte ativo e a melhoria da qualidade urbana dos espaços da cidade, com trabalho de sensibilização e engajamento da população no assunto.

O projeto nasce da necessidade de se cumprir o compromisso assumido pela Cidade do Rio de Janeiro junto a C40 (Grandes Cidades para Liderança do Clima) por meio do Decreto nº 46.081 de junho de 2019 que “Declara a adesão da Cidade do Rio de Janeiro em promover ruas verdes e saudáveis, com ações planejadas para cumprimento de prazos para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) da frota de transporte público do Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências”.

Os principais pilares que norteiam o Distrito Neutro são: neutralidade em emissões, foco em pessoas, saúde e qualidade urbana, redução de veículos, estímulo ao transporte ativo, transporte público limpo e eficiente, desestímulo ou proibição de veículos poluentes, tecnologias limpas, medidas compensatórias (vias verdes) e promoção de soluções de eficiência energética para edificações.

O projeto Distrito Neutro abrangerá outros conceitos e programas que o complementam, como o Espaço Urbano Completo, como forma de se alcançar a implantação do distrito. O Espaço Urbano Completo consiste na criação de um Laboratório de Inovações Urbanas para implantação das diretrizes, metas e ações do Plano de Desenvolvimento Sustentável em área piloto da cidade, por meio de um programa de ações integradas no território, com foco em soluções inovadoras, educação ambiental, cidades saudáveis e participação cidadã com foco na criação dos territórios neutros em carbono.

Zebra (estudo de eletrificação das frotas)

Com o apoio da Rede C40, pelo projeto **ZEBRA⁵ de aceleração da transição para ônibus zero emissões**, da EPE – Empresa de Pesquisa Energética, e ITDP - Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento, foi elaborado um estudo de viabilidade técnico-econômica de substituição de ônibus convencionais e articulados com motores a combustão por veículos elétricos, visando embasar a introdução de ônibus elétricos na frota de transporte público.

O estudo foi apoiado pela **Ferramenta de Avaliação Técnico-Econômica para Ônibus Elétrico**, desenvolvida pela EPE, que confronta os resultados operacionais e financeiros decorrentes da aquisição e de consumo de ônibus a diesel e de ônibus elétrico ao longo da vida útil dos veículos, e avalia diferentes cenários de financiamento e opções de aquisição de eletricidade.

A SUBPAR (Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento de Resultados) desenvolveu também uma simulação de implantação de geração fotovoltaica nas coberturas e pátios das garagens das operadoras de ônibus, demonstrando para a RIO ÔNIBUS⁶ os benefícios ambientais e financeiros da solução.

Código de Sustentabilidade

Elaboração de normativa municipal estabelecendo critérios de construção sustentável a serem adotados na elaboração de projetos, construção e modificação de edificações na cidade, para complementar ao novo Código de Obras Simplificado, em consonância com o Plano de Ação Climática e com as condições constantes do Acordo de Paris.

As seguintes etapas do programa já foram realizadas: captação de Assistência Técnica do C40 dentro do programa Buildings & Energy; elaboração de versão preliminar de minuta de legislação para *retrofit* residencial.

O projeto tem como benefícios: a disseminação de boas práticas de eficiência energética em todos os tipos de edificações; a redução nos custos de energia; o aumento da capacidade de mitigação dos impactos decorrentes das mudanças climáticas; a capacidade de geração de recursos próprios para investimento nas próprias edificações municipais, através da criação de um Fundo Verde, destinado à execução de obras civis de eficiência energética em edificações de propriedade do poder público municipal e desenvolvimento de programas correlatos.

Corredores de sustentabilidade

Os Corredores de Sustentabilidade consistem na identificação de áreas prioritárias para intervenção e implementação de ações previstas no PDS. Para tanto, foram inicialmente previstos três tipos de corredores:

● **Corredores de Adensamento**

Estes consistem nas áreas prioritárias para estímulo ao desenvolvimento urbano, instalação ou ampliação de infraestrutura, revisão de padrões de uso e ocupação do solo, bem como o estímulo à concentração de empregos e moradias.

● **Corredores Verdes**

Estes podem ser definidos como áreas para ampliação de infraestrutura verde, por meio de ações de reflorestamento, arborização urbana, criação de unidades de conservação, corredores agroecológicos e demais estímulos à proteção/criação de áreas verdes.

● **Corredores Azuis**

Correspondem, de um modo geral, às áreas prioritárias para proteção às águas. Dessa forma, esses corredores concentrariam ações de infraestrutura e soluções baseadas na natureza que promovam uma melhor qualidade dos rios, lagoas, oceanos e áreas úmidas de baixada.

D. Ninguém deixado para trás: o caso dos “Territórios Sociais: inclusão de famílias vulneráveis nas redes de proteção social do Rio de Janeiro”

O programa Territórios Sociais é uma das principais estratégias da Prefeitura para “não deixar ninguém para trás”. Com base em diversas ações integradas e estratégias intersetoriais, o programa Territórios Sociais busca identificar e incluir famílias vulneráveis, mas ainda não atendidas pela rede municipal, em cadastros e programas sociais, além de melhorar a qualidade do atendimento e acompanhamento para famílias já atendidas.

Para chegar nas famílias mais vulneráveis, primeiro selecionam-se os territórios prioritários com base no Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e no Índice de Prosperidade Social (IPS).

O IDS, índice sintético desenvolvido pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, abrange 8 indicadores relativos à renda, educação e infraestrutura urbana e é desagregado em nível da menor unidade geográfica (mais de 10 mil setores censitários) para a qual se têm dados. O IPS é uma metodologia de mensuração do desenvolvimento humano que reúne uma série de indicadores classificados em três dimensões: Necessidades Humanas básicas, Fundamentos do Bem-Estar e Oportunidades. Depois de sua aplicação, foram selecionados 10 grandes complexos que participam da atual fase do programa: Penha, Maré, Alemão, Jacarezinho, Lins, Chapadão, Pedreira, Cidade de Deus, Rocinha e Vila Kennedy.

O programa é composto por três fases. Na primeira, acontece a busca ativa das famílias em situação de vulnerabilidade social. Uma equipe própria, composta por agentes de campo, realiza a busca ativa em 100% dos domicílios para identificação das famílias em situação de elevada vulnerabilidade. No total, o programa tem como escopo o atendimento de cerca de 150 mil famílias.

Na segunda fase, executa-se a criação do Plano de Ação Integrado, que inclui:

- ✓ identificação das famílias em risco social;
- ✓ encaminhamento à obtenção de documentação civil necessária, pela área de assistência social;
- ✓ inclusão das famílias nos cadastros sociais de acesso aos serviços básicos;
- ✓ matrícula das crianças que estão fora da escola e monitoramento do seu progresso por meio de uma tutoria especial, por parte do setor de educação;
- ✓ provisão de acesso às famílias aos serviços básicos e essenciais de saúde, como exames, vacinação e monitoramento contínuo;
- ✓ realizar atendimento social às famílias, incluindo as que precisam de atenção especializada, e encaminhamentos para acesso a serviços e benefícios, tais como transferência de renda condicionada e apoio continuado;
- ✓ facilitação do ingresso no mercado de trabalho e da qualificação profissional, realizada pela secretaria de desenvolvimento, emprego e inovação;
- ✓ promoção do acesso à cultura;
- ✓ elaboração de diagnóstico sócio-habitacional das moradias com o objetivo de incluí-las nos programas habitacionais.

Na terceira fase do projeto todas as famílias serão novamente entrevistadas, após 6 meses, para verificar a superação da vulnerabilidade social.

Para realizar o acompanhamento, o projeto conta com o suporte de um sistema de informações, por meio do qual todas as secretarias monitoram e atualizam as ações e as informações necessárias ao desenvolvimento do programa.

A principal meta do programa é reduzir em 80% a vulnerabilidade das famílias, calculado pelo Índice de Pobreza Multidimensional em 1 ponto percentual, em até 1 ano.

O Programa também contribui diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS11 “Tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, direcionado para o alcance de uma cidade

mais justa e igualitária. O programa também contribui para os ODS diretamente vinculados às condições sociais, como o ODS1, “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” e o ODS4, “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”.

Em 2019, o programa recebeu o prêmio Governarte: a arte do bom governo - Prêmio Eduardo Campos promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. O concurso visa escolher projetos de gestão pública exemplares, valorizando critérios como inovação, sustentabilidade e inclusão social.

CAPÍTULO 7: APLICAÇÃO DE PROJETOS SUSTENTÁVEIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Projetos conectados ao ODS 11

A seguir, o relatório apresenta uma seleção de projetos que se conectam ao ODS 11 e a alguns outros ODS. Esses projetos já estão sendo implementados, alguns deles há vários anos, e são monitorados anualmente por meio de indicadores que também são apresentados nesta seção.

1. PROJETO MODERNIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA- Rioluz

ODS principais:



ODS secundários:



Este projeto trata da substituição das lâmpadas do parque de iluminação pública da cidade por luminárias com lâmpada do tipo LED, ou tecnologia equivalente disponível. O projeto também prevê a implantação de um sistema de telegestão. A cidade apresenta cerca de 450 mil pontos de iluminação pública (IP), com participação ínfima de uso de lâmpadas LED e de telegestão. Até 2014, 63% da iluminação pública da Cidade utilizava lâmpadas de vapor de sódio, 27% de vapor de mercúrio. A partir de então a Prefeitura passou a trabalhar na modernização desses pontos de iluminação pública para priorizar tecnologias que proporcionem maior luminosidade e eficiência. Segundo relatório do C-40, as cidades que instalaram a tecnologia de lâmpadas LED em seus parques de iluminação pública economizam, em média, 52% de energia. Com vistas a implementar essa estratégia, a Prefeitura concluiu, em novembro de 2019, a licitação de uma Parceria Público-Privada para realizar a modernização de todo o parque de iluminação pública da cidade. A partir da assinatura do contrato, serão investidos cerca de R\$ 1,4 bilhão na modernização da iluminação nos próximos 20 anos.

2. PROJETO FAVELA BAIRRO III – URBANIZAÇÃO DE FAVELAS- SMIHC

ODS principal:



ODS secundário:



O Programa Favela Bairro III integra uma série de ações de urbanização e infraestrutura que visa integrar a favela ao resto da cidade formal. O programa é uma continuação dos Programas Favela Bairro I e seu sucessor Morar Carioca. As obras visam a atender as necessidades básicas dos assentamentos precários e assim melhorar a vida das famílias que vivem nesses locais. Essas obras atuam na abertura e pavimentação de ruas; implantação de redes de água, esgoto e drenagem; construção de creches, praças, áreas de esporte e lazer; canalização de rios; reassentamento de famílias que se encontram em áreas de risco; contenção e reflorestamento de encostas e construção de marcos limítrofes para evitar a expansão. No período de 2017 a 2020 foram beneficiadas 12 favelas somando quase 10 mil domicílios. Assim, 90% dos domicílios atendidos nesse mesmo período encontram-se na Zona Norte e área Central da Cidade. Até 2020 o Governo municipal pretende concluir obras de infraestrutura em mais cinco favelas atendendo mais de 10 mil domicílios que se enquadram como assentamentos precários.

INDICADORES DO PROJETO 2:

Indicador	Último resultado	Referência
Número de Favelas urbanizadas ¹	84	De Jan/2009 a Out/2019
Número de Domicílios Urbanizados ¹	89.274	De Jan/2009 a Out/2019
Número de favelas urbanizadas (Favela Bairro III) ²	12	De Jan/2017 a Out/2019
Número de domicílios urbanizados (Favela Bairro III) ²	10.060	De Jan/2017 a Out/2019

¹ Indicadores acumulados de todo programa por contratação da obra

² Indicadores atuais, por conclusão da obra



Praça do Conhecimento - Complexo do Alemão

Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=2400941>

3. PROJETO MAIS MORADIAS - SMIHC

ODS principal:



ODS secundário:



O objetivo do projeto é financiar a construção de empreendimentos habitacionais, para atender as necessidades de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas, garantindo assim, o acesso à moradia digna com padrões mínimos de habitabilidade.

O projeto incide diretamente na redução do déficit habitacional. Isso se dá por meio do estímulo da produção habitacional para famílias com renda de até 10 salários mínimos, segmento prioritário para o atendimento do déficit habitacional, com ênfase na renda de até R\$1,8 mil, sendo parte das unidades produzidas destinada a famílias oriundas de áreas de risco e / ou extrema precariedade. No município, esse programa, atualmente chamado de Mais Moradias, visa contemplar a produção de cerca de 20.000 mil unidades habitacionais no período de 2017 até 2020. Nesse mesmo período já foram contratadas aproximadamente 17.000 novas unidades habitacionais.

INDICADORES DO PROJETO 3:

Indicador	Último resultado	Referência
Número de unidades habitacionais contratadas no Município do Rio de Janeiro Programa Minha Casa Minha Vida	98.000	Jan/2009 a Out/2019



Conjunto Habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida

Fonte: <http://www.prefeitura.rio/habitacao/prefeitura-e-governo-federal-entregam-600-apartamentos-dominha-casa-minha-vida-em-manguinhos/>

4. PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SMIHC

ODS principal:



ODS secundário:



O projeto visa a realização de procedimentos de regularização urbanística e fundiária nas favelas e loteamentos informais, de baixa renda, e já urbanizados pela prefeitura da cidade. A regularização urbanística se refere ao planejamento das Áreas de Especial Interesse Social (AEIS),

com a definição de legislação de uso e ocupação do solo e a legalização das edificações perante as normas urbanísticas municipais. Já a regularização fundiária diz respeito à concessão de títulos de propriedade ou de concessão de uso da terra onde estão assentes os moradores, que avançou com a demarcação da área, por meio do Auto de Demarcação Urbanística e elaboração/aprovação dos projetos de legalização de parcelamento do solo e dos projetos de alinhamento. A cidade possui um grande contingente populacional vivendo em favelas e loteamentos irregulares. São cerca de 440.000 domicílios distribuídos em 1.019 favelas.

INDICADORES DO PROJETO 4:

Indicador	Último resultado	Referência
Número de domicílios beneficiados por reconhecimento de logradouros	16.834	Jan/17 a Jul/19
Número de lotes reconhecidos e inseridos em "Projeto Aprovado de Loteamento" (PAL)	2.788	Jan/17 a Jul/19
Número de domicílios com habite-ses concedidos	1.050	Jan/17 a Nov/19
Número de títulos emitidos em AEIS	489	Jan/17 a Out/19

5. PROJETO BRT - SMTR

ODS principal:



ODS secundário:



BRT significa, em inglês, Transporte Rápido por Ônibus (Bus Rapid Transit). Caracteriza-se por um transporte articulado que trafega em corredor exclusivo, possibilitando uma viagem mais rápida para os passageiros. Este modelo existe em mais de 140 países e, no Rio de Janeiro, é administrado por um consórcio de empresas privadas de transporte de passageiros.

Para ser considerado BRT, além do corredor exclusivo, o sistema precisa ter alinhamento das faixas de ônibus no canteiro central, embarque em nível nas estações, pagamento da tarifa fora do veículo e prioridade de passagem nas interseções. Na cidade do Rio de Janeiro, o BRT foi inaugurado em junho de 2012, com o corredor TransOeste, ligando os bairros de Santa Cruz e Barra da Tijuca. O sistema

ganhou ainda outros dois corredores: TransCarioca, inaugurado em 2014, e TransOlimpica, em 2016. O BRT Transbrasil é o quarto de quatro corredores de BRT que foram planejados para a melhoria da mobilidade na cidade. A Avenida Brasil é a principal via de acesso à Cidade do Rio de Janeiro, sendo importante eixo de ligação das Zonas Oeste, Norte e Baixada Fluminense ao Centro da Cidade. Cerca de 25 mil ônibus e 760 mil passageiros passam por ela diariamente.

O projeto do BRT Transbrasil consiste na construção de um corredor de ônibus expresso entre Deodoro e o Centro da Cidade e inclui a reurbanização do trajeto (alargamento e/ou construção de vias, sinalização, iluminação, drenagem e revitalização das calçadas) e interligações com estações de metrô, trens, BRTs (Transcarioca e Transolímpica) e as Rodovias Presidente Dutra e Washington Luís. A implantação desse quarto corredor de alta capacidade na Cidade tem como objetivos reduzir os tempos de deslocamento ao Centro, realizar viagens de maior qualidade e limitar o acesso de ônibus no Centro da Cidade.

INDICADORES DO PROJETO 5:

Indicador	Último resultado	Referência
Extensão dos corredores BRT finalizados	123 km (Jul/19)	0 Km (Dez/15)
Extensão Corredor Transbrasil em construção	27 km	0 Km



Corredor de BRT Transcarioca

Fonte: <http://brt.rio/noticia/alvorada-x-madureira-em-horario-integral-a-partir-desta-segunda/>

6. PROJETO AMPLIAÇÃO DA MALHA DE BRS- SMTR

ODS principal:



ODS secundário:



BRS é a sigla em inglês para Bus Rapid System, ou Sistema Rápido de Ônibus. O projeto de Ampliação da Malha de BRS, consiste na determinação de faixas de rolamento seletivas para a circulação de ônibus e táxis. O projeto prevê a distribuição das linhas de ônibus em paradas de forma

alternada ao longo do corredor. Com faixas usadas apenas por ônibus, há um aumento na velocidade de deslocamento e, conseqüentemente, uma redução no tempo de percurso da linha. Atualmente, existem faixas nos bairros de Copacabana, Ipanema, Leblon, Centro, Estácio, Tijuca, Maracanã, Méier, Botafogo e Vila Isabel, atendendo cerca de 1,6 milhão de usuários por dia. Com o corredor mais recente (Mem de Sá), a extensão total de BRS na cidade passa a ser de 55,7 km. Estudos de tempo de percurso desenvolvidos na Prefeitura mostram que redução média do tempo de deslocamento dos ônibus que trafegam nos corredores seletivos BRS foi de 26% em 2018.

INDICADORES DO PROJETO 6:

Indicador	Último resultado	Referência
Extensão de corredores BRS implantados	55,7 km (Nov/19)	0 (Dez/10)



Corredor BRS na Rua São Clemente - Botafogo

7. PROJETO REFORESTAMENTO E ARBORIZAÇÃO

ODS principais:



aproximadamente 29% de sua área total (PMMA, 2015), dos quais cerca de 12.000 hectares (ha) ainda não dispõem de proteção legal efetiva.

ODS secundários:



A preservação do patrimônio ambiental da cidade tem sido objeto de diversas iniciativas do poder público. Nos últimos 30 anos, houve redução de cerca de 17% da cobertura vegetal nativa do município. A cidade do Rio de Janeiro possui 35.290 hectares cobertos por florestas e outros ambientes naturais, o que corresponde a

Visando o aumento da proteção legal de áreas de preservação ambiental e manutenção da biodiversidade, pode-se citar a criação de Unidades de Conservação da Natureza, a implementação do primeiro Corredor Verde e as ações de reflorestamento que buscaram recuperar cerca de 1.220 hectares de cobertura vegetal na Cidade, entre 2010 e 2019. Nesse período também foram plantadas cerca de 305 mil árvores nos logradouros públicos da cidade (vias, praças, parques urbanos e jardins).

INDICADORES DO PROJETO 7:

Indicador	Último resultado	Referência
Área total implantada pelo Programa Reflorestamento (acumulado) ⁷	3.157 ha (Out/2019)	435 ha (Dez/1996)
Árvores plantadas em logradouros públicos (acumulado)	369.431 árvores (Out/2019)	23.187 árvores (Dez/2007)

8. PROJETO GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS - Comlurb

ODS principais:



ODS secundários:



A Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) recebe em seu sistema um volume total médio de 274.000 toneladas de resíduos por mês. Estes resíduos são divididos em orgânicos, inertes e recicláveis.

O programa de Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos da cidade tem por objetivo estimular as atividades de reciclagem de matérias-primas e fração orgânica dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), ao mesmo tempo em que reduz a disposição de resíduos na Central de Tratamento de Resíduos - Rio, em Seropédica, por meio da implantação e operacionalização de: Unidade de Compostagem de Poda no Caju; Unidade de Biometanização no Caju; Unidade de tratamento de Resíduos da Construção Civil (RCC) no Caju; Unidade de tratamento de Resíduos da Construção Civil (RCC) em Gericinó; Unidade de Tratamento Mecânico (UTM) no Caju; Unidade lixo-energia no Caju.

INDICADORES DO PROJETO 8:

Indicador	Último resultado	Referência
Lixo recebido nos aterros	278.180 toneladas (Jan/20)	280.860 toneladas (Jan/17)
Quantidade de lixo desviado dos aterros sanitários	4.111 toneladas (Jan/20)	3.214 toneladas (Jan/17)
Percentual de coleta do lixo reciclável	6,4% (Jan/20)	5% (Jan/17)

9. PROJETO EXPANSÃO de SANEAMENTO

ODS principais:



ODS secundários:



A partir de 2012, para expandir a cobertura de saneamento da cidade, a Prefeitura do Rio realizou a concessão de parte do esgotamento da cidade para a iniciativa privada. A região concedida corresponde à Área de Planejamento 5 (que engloba parte da Zona Oeste da cidade) e possui

cerca de 1,9 milhões de habitantes. Essa medida trouxe um ganho para a região, que saiu de uma rede de cobertura com tratamento de esgoto que atingia cerca de 87 mil habitantes em 2010 para uma que atende uma população no entorno de 615 mil indivíduos atualmente. Durante esse período destaca-se a conclusão das obras civis da estação de tratamento de Deodoro, com capacidade para o tratamento do esgoto de cerca de 430 mil habitantes. O principal ganho dessas obras foi a retirada de uma tonelada ao mês de esgoto in natura que seria despejado nos rios da AP5, que causam poluição nas Baías de Guanabara e Sepetiba.

INDICADORES DO PROJETO 9:

Indicador	Último resultado	Referência
Percentual de cobertura de esgotamento sanitário na AP5	32,33% (Out/2019)	5% (Jan/2010)

10. PROJETO ADOTE. RIO

ODS principais:



ODS secundários:



ADOTE.RIO é uma plataforma que visa estimular parcerias com o setor privado, por meio da agilização do processo de adoção de áreas públicas da cidade, seja para ações

de desenvolvimento e/ou manutenção. O Rio possui mais de 3.000 praças públicas e alta demanda por aumento de superfícies verdes. Desde seu lançamento, em outubro de 2018, a adoção de espaços públicos aumentou de 199 casos para 290 em menos de 8 meses. R\$ 13 milhões de recursos privados já foram investidos na melhoria do espaço público este ano a partir do programa de Adoção. A Prefeitura possui orçamento limitado para infraestrutura verde, e o objetivo é plantar 120.000 novas árvores até 2020, portanto, as parcerias são estratégicas.

INDICADORES DO PROJETO 10:

Indicador	Último resultado	Referência
Número de áreas adotadas	306	2019
Percentual de áreas adotadas na cidade por tipologia	Parques e Praças – 45% Canteiros – 19% Áreas verdes – 16% Outros – 20%	2019

11. PROJETO PARTICIPA. RIO

ODS principais:



ODS secundários:



Lançada no final de 2018, Participa.Rio é uma plataforma de participação popular online, que tem como objetivo garantir oportunidade de participação, apropriação e liderança da população carioca no planejamento da cidade, assim como levar conhecimento e informação sobre o que

está sendo desenvolvido pela prefeitura. Trata-se de uma iniciativa pioneira que tem como primeiro objetivo incentivar, informar e convidar a população a conhecer e participar das políticas que as afetam no dia-a-dia. A plataforma funciona como um dos principais canais disponíveis das secretarias e órgãos da prefeitura de integração e troca com a população informações, propostas e opiniões. A plataforma é um resultado da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável, pois o Participa.Rio foi criado para coletar opiniões e informações úteis para a construção do plano, além de comunicar ao público sobre as atualizações e as diferentes etapas do processo.

INDICADORES DO PROJETO 11:

Indicador	Último resultado	Referência
Nº total de participação por iniciativa	7.494 (2019)	7.494 (2019)

12. PROJETO GOVERNANÇA CLIMÁTICA

ODS principais:



ODS secundários:



O Programa Cidade pelo Clima é apoiado pelo Comitê Executivo de Mudanças Climáticas, que define formas de implementação das diretrizes e ações climáticas do Plano de Desenvolvimento Sustentável; e é acompanhado pelo Fórum Carioca de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável (Decreto nº 31.415/2009), que tem por objetivo conscientizar e mobilizar sociedade e governo municipal no tema, e reunir propostas que possam ser incorporadas ao Programa.

A Prefeitura se dotou recentemente de uma estrutura legal e institucional para fortalecer o planejamento de políticas públicas de enfrentamento das mudanças climáticas. Por meio do Decreto n. 46.079/2019, foi instituído o Programa Cidade pelo Clima, composto pelo Plano de Ação Climática e pelo Sistema de Monitoramento Climática, que, respectivamente, estabelece as diretrizes e ações climáticas e estrutura o monitoramento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e ações de mitigação dessas emissões, bem como dos impactos das mudanças climáticas e ações de adaptação.

O Plano de Ação Climática, em desenvolvimento com o apoio técnico da organização C40 Cities, e com a conclusão prevista para o 1º semestre de 2020, tem por objetivos: desenvolver um roteiro para alcançar a neutralidade em emissões de GEE até 2050.

13. PROGRAMA HORTAS CARIOCAS

ODS principais:



Desde 2006, este programa estimula a agroecologia urbana, por meio da construção de hortas em espaços ociosos de escolas da rede municipal e comunidades de baixa renda. No total, 40 hortas participam do programa, que produzem cerca de 70 toneladas

de alimentos por ano. Os espaços são mantidos por 200 hortelões. O programa possui uma interface com a assistência social, pois metade da produção é encaminhada para asilos, creches e escolas do entorno. A outra metade pode ser comercializada para viabilizar a manutenção do espaço. Outras dez unidades funcionam de forma autônoma, após alcançar emancipação financeira. Estima-se que são beneficiadas cerca de 20.000 pessoas.

Projetos conectados a outros ODS

1. PROJETO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO e-SUS AB - SMS

ODS principais:



ODS secundários:



O e-SUS Atenção Básica é um software livre disponibilizado pelo Ministério da Saúde para melhorar a gestão das informações

da saúde básica em nível nacional. A PCRJ está implantando o prontuário e-SUS AB em todas as 232 unidades básicas de saúde, distribuídas pelas 10 Coordenadorias de Atenção Primária (CAPs) do município. Para tal, está realizando treinamento dos servidores com a meta de qualificar o processo de utilização do sistema e-SUS AB. Espera-se assim qualificar os registros dos profissionais, impactando positivamente na programação em saúde, na gestão do cuidado, e na tomada de decisão dos vários níveis de gestão.

INDICADOR DO PROJETO 1:

Indicador	Último resultado	Referência
Número de Coordenadorias de Atenção Primária com e-SUS AB implantado	8 (Nov/19)	0 (Dez/16)

2. PROJETO INTENSIFICAR A FISCALIZAÇÃO E APRIMORAR O SISVISA - SMS

ODS principais:



ODS secundários:



O projeto visa aumentar as atividades de fiscalização e vigilância sanitária, com foco na melhoria da gestão e da transparência da área. Para alcançar esse objetivo, foi instituído o Código de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária, sancionado em dezembro

de 2018 pela Lei Complementar 197. A partir da utilização do código sanitário, a arrecadação proveniente do pagamento da taxa de licenciamento sanitário pode ser ampliada. Em novembro de 2019, o valor total dos boletos pagos já ultrapassava os R\$ 30 milhões, aproximadamente 60% acima do valor arrecadado no mesmo período do ano anterior. Além do novo código, foi modernizado o Sistema de Informações de Vigilância Sanitária para a melhoria da qualidade das informações e da gestão, facilitando a coleta, armazenamento e utilização das informações como ferramenta para a tomada de decisão nos processos do setor.

INDICADOR DO PROJETO 2:

Indicador	Último resultado	Referência
Número de Atividades de Fiscalização da Vigilância Sanitária Realizadas	56.254 (Out/19)	57.832 (Dez/16)

3. PROJETO CARIOQUINHAS NAS CRECHES E PRÉ-ESCOLAS - SME

ODS principais:



ODS secundários:



O projeto Carioquinhas nas Creches e Pré-escola consiste na criação de vagas em educação infantil por meio de parceria público-privada (que contemplará

investimentos para a construção e manutenção das unidades escolares) e otimização da infraestrutura existente. O objetivo do projeto é universalizar o atendimento da pré-escola e atender à demanda por creche na cidade. O projeto foi desenvolvido para enfrentar um diagnóstico elaborado em 2017, quando foi identificada uma demanda por 40 mil novas vagas para creche e 15 mil novas vagas para pré-escola.

INDICADOR DO PROJETO 3:

Indicador	Último resultado	Referência
Matrículas em creche	63.665 (set/2019)	59.376 (jan/2017)
Matrículas em pré-escola	90.864 (set/2019)	85.561 (jan/2017)
Matrículas em creches conveniadas	19.811 (set/2019)	15.937 (jan/2017)

4. PROJETO ESCOLAS PARA UM RIO DE PAZ - SME

ODS principais:



ODS secundários:



A Secretaria Municipal de Educação (SME) vem implantando, em suas 1.540 unidades escolares, ações que visam promover a escola como um lugar de paz, ampliando as oportunidades artísticas, culturais, de protagonismo juvenil, de saúde e de incentivo à leitura dos alunos da Rede

Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro, potencializando meios para seu desenvolvimento integral e estendendo-os às suas famílias e às comunidades onde vivem. Além disso, preconiza garantir também o acesso e permanência na escola das crianças e jovens em áreas de risco. Para isso, a iniciativa conta com uma série de projetos nas áreas de música, esportes, teatro, leitura, promoção da saúde e garantia de direitos, tais como: Orquestra nas Escolas, VIES (Vilas olímpicas e Escolas), Heróis de Tabuleiro, Ação dos Grêmios, Rap da Saúde (Rede de Atenção e Proteção), Unipaz, Cineclube e Participação ao Salão do Livro.

INDICADORES DO PROJETO 4:

Indicador	Último resultado	Referência
Percentual de escolas desenvolvendo atividades voltadas para o fortalecimento do aluno	100% (Dez/18)	N/A

5. PROJETO FORMAÇÃO DE PROFESSORES - SME

ODS principal:



elas, o ingresso na profissão, a formação do professor iniciante e as demais ações de formação continuada em serviço com vistas a melhorar o desempenho escolar dos alunos. As atividades de formação têm sido reforçadas com a reformulação da Escola de Formação Paulo Freire (EPF), que passou a ter áreas dedicadas à formação inicial e continuada de docentes, gestores, técnicos e uma área dedicada ao fomento à pesquisa. Busca-se a transformação da EPF em centro de formação permanente. Em paralelo, a Secretaria Municipal de Educação tem desenvolvido parcerias com as universidades que formam os professores da cidade e internacionais para projetos especiais.

ODS secundário:



O projeto Formação de Professores foi concebido em 2017, a partir da identificação da necessidade de se realizar um investimento na profissionalização docente englobando as diferentes dimensões do magistério, bem como as diferentes etapas da carreira do professor, dentre

INDICADORES DO PROJETO 5:

Indicador	Último resultado	Referência
IDEB ⁸ Anos Iniciais	5,7 (2017)	5,6 (2015)
IDEB Anos Finais	4,7 (2017)	4,3 (2015)

NOTAS DE RODAPÉ

1. Informações adicionais disponíveis em: <http://www4.planalto.gov.br/ods/menu-de-relevancia/comissao-ods>
2. <https://ods.ibge.gov.br/>
3. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8636>
4. Em relação à estrutura de governança similar no Rio de Janeiro, há um projeto de lei (754/2018) sendo analisado na casa legislativa da cidade.
5. Zero Emissions Bus Rapid-deployment Accelerator.
6. Entidade que congrega todas as empresas de ônibus do município e o sistema BRT.
7. É um indicador que representa o quanto da mata nativa vem sendo recuperada ao longo dos últimos anos.
8. Índice de Desenvolvimento de Educação Básica.

Relatório de Progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Município do Rio de Janeiro

ONU HABITAT
POR UM FUTURO URBANO MELHOR



www.unhabitat.org

